

1984

Uma Estética da Existência

"Uma estética da existência" (entrevista com A. Fontana), *Le monde*, 15-16 de julho de 1984, p. XI.

Esta entrevista, publicada inicialmente com o título "Alle fonti del piacere", in *Panorama*, nº 945, de 28 de maio de 1984, foi de tal forma mutilada e deformada que Alessandro Fontana teve que fazer um esclarecimento público. Ele escreveu então a M. Foucault dizendo que iria consertá-la integralmente.

– *Sete anos se passaram desde A vontade de saber. Sei que seus últimos livros lhe colocaram problemas e que o senhor teve dificuldades. Gostaria que o senhor falasse dessas dificuldades e de sua viagem pelo mundo greco-romano que era, senão desconhecido pelo senhor, pelo menos um pouco distante.*

– As dificuldades provinham do próprio projeto, que pretendia justamente evitá-las.

Tendo programado meu trabalho em vários volumes a partir de um plano preparado de antemão, eu me disse que havia chegado o momento em que poderia escrevê-los sem dificuldade, e desenvolver simplesmente o que tinha em mente, confirmando-o pelo trabalho de pesquisa empírica.

Morri de tédio escrevendo esses livros: eles se pareciam demais com os precedentes. Para alguns, escrever um livro sempre implica correr algum risco. Por exemplo, não conseguir escrevê-lo. Quando se sabe de antemão onde se quer chegar, falta uma dimensão da experiência, a que consiste precisamente em escrever um livro correndo o risco de não chegar ao fim. Tentei assim mudar o projeto geral: ao invés de estudar a sexualidade nos confins do saber e do poder, tentei pesquisar mais para trás como havia se constituído, para o próprio sujeito, a experiência de sua sexualidade como desejo. Para destacar essa problemática, fui levado a estudar mais pormenorizadamente textos muito antigos, latinos e gregos, que me

exigiram muito preparo, muitos esforços e que me deixaram até o final com não poucas incertezas e hesitações.

– *Há sempre uma certa "intencionalidade" em seus livros que freqüentemente escapa aos leitores. A História da loucura era, no fundo, a história da constituição desse saber que se chama psicologia; As palavras e as coisas era a arqueologia das ciências humanas; Vigiar e punir, a focalização das disciplinas do corpo e da alma. Talvez o que esteja no centro de seus últimos livros seja o que o senhor chama de "jogos de verdade".*

– Não creio que haja uma grande diferença entre esses livros e os precedentes. Quando escrevemos livros, desejamos que estes modifiquem inteiramente tudo aquilo que pensávamos e que, no final, nos percebamos inteiramente diferentes do que éramos no ponto de partida. Depois nos damos conta de que no fundo pouco nos modificamos. Talvez tenhamos mudado de perspectiva, girado em torno do problema, que é sempre o mesmo, isto é, as relações entre o sujeito, a verdade e a constituição da experiência. Procurei analisar de que modo domínios como os da loucura, da sexualidade, da delinquência podem entrar em um certo jogo da verdade e como, por outro lado, através dessa inserção da prática humana, do comportamento, no jogo da verdade, o próprio sujeito é afetado. Era este o problema da história da loucura, da sexualidade.

– *Não se trata no fundo de uma nova genealogia da moral?*

– Não fossem a solenidade do título e a marca grandiosa que Nietzsche lhe imprimiu, eu diria que sim.

– *Em um artigo publicado em Le débat de novembro de 1983,¹ o senhor falou, a propósito da Antigüidade, de morais voltadas para a ética e de morais voltadas para o código. Trata-se da partilha entre as morais greco-romanas e aquelas que nasceram com o cristianismo?*

– Com o cristianismo, vimos se inaugurar lentamente, progressivamente, uma mudança em relação às morais antigas, que eram essencialmente uma prática, um estilo de liberdade. Naturalmente, havia também certas normas de comportamento que regravam a conduta de cada um. Porém, na Antigüidade, a vontade de ser um sujeito moral, a busca de uma

1. Ver *O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si* neste volume.

ética da existência eram principalmente um esforço para afirmar a sua liberdade e para dar à sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo.

Quanto a essa elaboração de sua própria vida como uma obra de arte pessoal, creio que, embora obedecesse a cânones coletivos, ela estava no centro da experiência moral, da vontade de moral na Antigüidade, ao passo que, no cristianismo, com a religião do texto, a idéia de uma vontade de Deus, o princípio de uma obediência, a moral assumia muito mais a forma de um código de regras (apenas algumas práticas ascéticas eram mais ligadas ao exercício de uma liberdade pessoal).

Da Antigüidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras. Se me interessei pela Antigüidade foi porque, por toda uma série de razões, a idéia de uma moral como obediência a um código de regras está desaparecendo, já desapareceu. E a esta ausência de moral corresponde, deve corresponder uma busca que é aquela de uma estética da existência.

– *Todo o saber acumulado, nesses últimos anos, sobre o corpo, a sexualidade, as disciplinas, melhorou nossa relação com os outros, nosso ser no mundo?*

– Não posso me impedir de pensar que toda uma série de coisas que foram colocadas em discussão, mesmo independentemente das escolhas políticas, em torno de certas formas de existência, de regras de comportamento etc., foram profundamente benéficas: a relação com o corpo, a relação entre homem e mulher, com a sexualidade.

– *Então esses saberes nos ajudaram a viver melhor.*

– Não houve apenas uma transformação nas preocupações, mas também no discurso filosófico, teórico e crítico: de fato, na maior parte das análises feitas, não se sugeria às pessoas o que elas deveriam ser, o que deveriam fazer, no que deveriam crer e pensar. Tratava-se antes de fazer aparecer de que modo, até hoje, os mecanismos sociais tinham funcionado, como as formas de repressão e de imposição tinham atuado e, a partir disso, me parece que se permitia que as pessoas tivessem a possibilidade de se determinar, de fazer – sabendo tudo isso – a escolha de sua existência.

– *Há cinco anos, começou-se a ler, em seu seminário do Collège de France, Hayek e von Mises.² Então as pessoas pensaram: através de uma reflexão sobre o liberalismo, Foucault está preparando um livro sobre a política. O liberalismo parecia também um desvio para encontrar o indivíduo além dos mecanismos do poder. Suas críticas ao sujeito fenomenológico são conhecidas. Nesta época, começava-se a falar de um sujeito de práticas, e a releitura do liberalismo girou um pouco em torno disso. Não é mistério para ninguém que muitas vezes se disse o seguinte: não há sujeito na obra de Foucault. Os sujeitos são sempre sujeitados, eles são o ponto de aplicação de técnicas, disciplinas normativas, mas jamais são sujeitos soberanos.*

– É preciso distinguir. Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção do sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antigüidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

– *Isso nos leva à atualidade política. Os tempos são difíceis: no plano internacional, há a chantagem de Yalta e o confronto de blocos; no plano interno, o espectro da crise. Em relação a tudo isso, parece que há apenas entre a esquerda e a direita uma diferença de estilo. Como determinar-se então, diante dessa realidade e de suas imposições, se ela não apresenta aparentemente alternativa possível?*

– Creio que sua questão é ao mesmo tempo justa e um pouco fechada. Seria preciso decompô-la em duas ordens de questões: em primeiro lugar, será preciso aceitar ou não? Em segundo lugar, se não aceitarmos, o que é possível fazer? Devemos responder à primeira questão sem nenhuma ambigüidade: é preciso não aceitar os resíduos da guerra, o prolongamento de uma certa situação estratégica na Europa, nem o fato de que a metade da Europa se tenha deixado dominar.

2. Trata-se do seminário de 1979-1980, dedicado a certos aspectos do pensamento liberal do século XIX.

A seguir, coloca-se outra questão: “O que é possível fazer contra um poder como o da União Soviética, em relação ao nosso próprio governo e com as pessoas que, dos dois lados da cortina de ferro, entendem que deva ser questionada a divisão, tal como ela foi estabelecida?” Em relação à União Soviética, não há muito a fazer, exceto ajudar, o mais eficazmente possível, os que lutam localmente. Quanto aos dois outros alvos, há muito a fazer, estamos com a faca e o queijo na mão.

– *Não é preciso então assumir uma atitude por assim dizer hegeliana, que consiste em aceitar a realidade tal como ela é, tal como ela nos é apresentada. Resta uma última pergunta: “Existe uma verdade na política?”*

– Acredito muito na verdade para não supor que haja diferentes verdades e diferentes maneiras de dizê-la. É claro que não se pode pedir a um governo para dizer a verdade, toda a verdade, nada mais que a verdade. Em troca, é possível exigir dos governos uma certa verdade em relação aos projetos finais, às escolhas gerais de sua tática, a um certo número de pontos particulares de seu programa: é a *parrhesia* (a livre fala) do governado que pode, que deve interpelar o governo em nome do saber, da experiência que ele tem, a partir do fato de que ele é um cidadão, sobre o que o outro faz, sobre o sentido de sua ação, sobre as decisões que ele tomou.

É preciso, no entanto, evitar uma armadilha na qual os governantes querem fazer com que os intelectuais caiam, e na qual estes freqüentemente caem: “Coloquem-se em nosso lugar e digam o que vocês fariam.” Esta não é uma questão à qual se tenha que responder. Tomar uma decisão em uma matéria qualquer implica um conhecimento dos documentos que nos é recusado, uma análise da situação que não se teve possibilidade de fazer. Trata-se de uma armadilha. Entretanto, não resta a menor dúvida de que, como governados, temos perfeitamente o direito de colocar as questões de verdade:³ “O que vocês fazem quando, por exemplo, são hostis aos euro-mísseis ou quando, pelo contrário, vocês os defendem, quan-

do reestruturam a siderurgia da Lorraine, quando abrem o dossiê do ensino livre?”

– *Nessa descida ao inferno, que é uma longa meditação, uma longa busca – uma descida na qual se vai de qualquer forma em busca da verdade –, que tipo de leitor o senhor gostaria de encontrar? É fato que, se talvez há ainda bons escritores, há cada vez menos bons leitores.*

– Eu responderia, *leitores*. E é verdade que não se é mais lido. O primeiro livro que se escreve é lido porque não somos conhecidos, porque as pessoas não sabem quem somos, e ele é lido na desordem e na confusão, o que para mim está muito bem. Não há razão para que se faça não apenas o livro, mas também a lei do livro. A única lei é: todas as leituras são possíveis. Não vejo maior inconveniente se um livro, ao ser lido, é lido de diferentes maneiras. O grave é que, à medida que se escrevem livros, já não se é mais lido e, de deformação em deformação, uns pegando carona nos outros, chega-se a dar do livro uma imagem absolutamente grotesca.

Aqui se coloca efetivamente um problema: é preciso entrar na polêmica e responder a cada uma dessas deformações e, conseqüentemente, estabelecer uma lei para os leitores – o que me repugna –, ou então deixar – o que igualmente me repugna – que o livro seja deformado até se tornar a caricatura dele mesmo?

Haveria uma solução: a única lei sobre a imprensa, a única lei sobre o livro que eu gostaria de ver instaurada seria a proibição de utilizar duas vezes o nome do autor, com um maior direito ao anonimato e a um pseudônimo, para que cada livro seja lido por ele mesmo. Há livros para os quais o conhecimento do autor é uma chave de inteligibilidade. Porém, exceto para alguns grandes autores, para a maior parte dos outros esse conhecimento não serve rigorosamente para nada. Ele apenas serve de tela. Para alguém como eu, que não sou um grande autor mas apenas alguém que produz livros, gostaria que eles fossem lidos por eles mesmos, com suas imperfeições e suas eventuais qualidades.

3. Alusão ao projeto de *Livre blanc* que M. Foucault havia proposto a um pequeno grupo de trabalho que se reunia no hospital Tarnier, grupo conhecido como “*Académie Tarnier*”.